

A soberania excluída

Quando viaja para o exterior, o que acontece com gostosa freqüência, Fernando Henrique Cardoso costuma não resistir à compulsão de opinar sobre questões de política interna brasileira. Assim é que o presidente pode se pronunciar em Tóquio (digamos) sobre a pasta rosa, em Bruges sobre o grampo telefônico, e em Madri sobre o Sivam — qualquer desses escândalos que encham as páginas dos jornais numa semana, para na outra desaparecerem como assuntos percíveis.

A certa altura, especialistas em comunicação alertaram FHC sobre a inconveniência de o presidente estar falando lá fora sobre a nossa fofoca do dia, o que anularia o relevo diplomático das suas viagens. Era propósito do conselho ressaltar a melhor face de Fernando Henrique, sua condição de *scholar*, poliglota, mestre de sociologia. Nessa condição, ele impressionava auditórios estrangeiros com orações de sapiência como as de Nova Déli e do México, ambas sobre o impacto e as conseqüências econômicas da globalização.

Nelas, Fernando Henrique deu ênfase, em nível teórico, aos compromissos com “a ética da solidariedade”. A globalização tem “efeitos sociais negativos”, disse, mas acrescentou logo, prudentemente, que essa situação deve ser aceita “com realismo e sentido de pragmatismo”. Proclamou, numa recaída socialdemocrata, que “o verdadeiro desafio é ir além do conservadorismo”. Exaltou a revitalização dos “valores essenciais do humanismo, da razão sábia, da tolerância”.

Belas palavras! Fala bonito o nosso presidente, isso ninguém pode negar. Mas o discurso oficial já teve melhor substância. FHC não toca, por exemplo, num conceito vital quando se trata de definir as implicações políticas da globalização. Nem uma só vez, em meio a abundante dissertação sobre o papel do Estado, mencionou a palavra soberania.

Será que mudou a posição do Brasil? No discurso de abertura da 48ª sessão da Assembleia Geral da ONU, em 1993, o chanceler Celso Amorim — porta-voz diplomático do governo Itamar Franco, do qual FHC era figura chave como ministro da Fazenda —, acentuava a importância do Estado nacional soberano como essencial à luta pelo desenvolvimento, e encarecia que na nova ordem mundial em formação o Brasil não devia deixar de atuar levando em conta o interesse nacional.

Hoje não se fala mais nesse tom. Fernando Henrique, presidente, coloca a questão em outros termos. Entende que o Brasil não deve “renunciar aos elementos positivos da globalização, às possibilidades de riqueza por ela oferecidas”. Mas qual o preço dessa adesão? Em que vácuo da economia mundial de mercado se perdeu a noção de soberania? Por que foi ela excluída do discurso oficial?

É sintomático que o mais recente amigo íntimo de FHC na América Latina seja o presidente da Argentina. Carlos Menem é o maior exemplo, neste continente, da substituição de uma política externa soberana pelo aproveitamento oportunista das tais “possibilidades de riqueza” supostamente proporcionadas pela globalização, que só tem oferecido a realidade de um empobrecimento crescente.

Pois Buenos Aires foi a rampa de lançamento da idéia de reeleição do presidente brasileiro, cópia do que já fizera o próprio Menem. Ao aceitar o patrocínio desse chefe de Estado estrangeiro tão pouco recomendável, FHC deu um mau passo, que o compromete mesmo que a proposta se torne inviável, como parece.

Mas está dentro da lógica da moda. Reeleição rima com globalização, que significa uniformidade das práticas políticas na nova ordem internacional, sob o neoliberalismo. Sem o estorvo dessa “antigüidade”, a soberania.